

-----**ATA N.º 18/2014**-----

-----Aos 27 dias do mês de agosto de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6/8/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 17, da reunião ordinária do Executivo de 6/8/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento das candidaturas ao mais Centro.-----

-----De seguida, apresentou para ratificação os seguintes assuntos:-----

-----**LIMPEZA DAS ALVENARIAS E TELHADO DA SUA HABITAÇÃO – OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – RATIFICAÇÃO**-----

-----Nome: **Muxagata Constrói, Lda.**-----

-----Sobre o assunto em tópico, foi presente para ratificação despacho da Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, reproduzido a 19/8/2014, no parecer técnico, datado de 14/8/2014, referente ao requerimento n.º 360, processo n.º 30/2014, datado de 4/8/2014, com o seguinte teor: “Deferido nos termos propostos, e deverá ir a reunião de Câmara para ratificação, atendendo a urgência do despacho”.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, com o seguinte teor: “Deferido nos termos propostos, e deverá ir a reunião de Câmara para ratificação, atendendo a urgência do despacho.”-----

-----**LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE UM TELHADO E PINTURA EXTERIOR DA HABITAÇÃO - RATIFICAÇÃO**-----

-----Nome: **Maria Helena Duarte Pires Ferreira**-----

-----Sobre o assunto em tópico, foi presente para ratificação despacho da Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, reproduzido a 20/8/2014, no parecer técnico, datado de 20/8/2014, referente ao requerimento n.º 383, processo n.º 38/2014, datado de 13/8/2014, com o seguinte teor: “Deferido nos termos da informação técnica, remeta-se a reunião de Câmara para ratificação”.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, com o seguinte teor:

“Deferido nos termos da informação técnica, remeta-se a reunião de Câmara para ratificação.” -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** apresentou um voto de pesar, a prestar à família do Senhor General Pires Veloso, ilustre cidadão e reconhecido profissional. Proposta que foi aceite por unanimidade.-----

-----De seguida, apresentou também um voto de pesar, a endereçar à família do Senhor José Rocha Gonçalves, autarca deste concelho, pelo falecimento da Senhora D. Maria Alzira da Rocha Gomes. Proposta que foi aceite por unanimidade.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou o Senhor Vice-Presidente da Câmara sobre duas situações, ou seja, se os apoios e subsídios concedidos são da competência exclusiva do executivo, ou se esta atribuição, está delegada a alguma pessoa. Pelo que tem verificado, é prática corrente deste executivo, e sempre que se trate de um pedido de apoio, existir uma deliberação.-----

-----Disse que a Câmara Municipal enquanto entidade administrativa, e sendo uma das principais funções do Senhor Presidente da Câmara, assegurar as atividades realizadas no concelho, pretendeu saber, e porque é público, qual a figura jurídica da Câmara Municipal na organização da 1.ª Festa Convívio dos Vizinhos, no Bairro de Santa Luzia, cujo promotor do evento era o Senhor José Pacheco.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que as festas não necessitam de figura jurídica para serem realizadas. Relativamente à situação descrita, deu conhecimento de que não foi atribuído qualquer subsídio, caso fosse solicitado, teria de ser deliberado em reunião de Câmara, à semelhança do que é feito com todos os outros. No que concerne ao apoio da Câmara Municipal, deu conhecimento de que o mesmo foi apenas em termos de logística. Referindo-se ao evento,

considera o mesmo uma boa iniciativa, permitindo desta forma, que as pessoas convivam e se conheçam melhor. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual a razão da imagem do Município estar associada a um evento organizado por um particular, que deveria estar licenciado. A não ser que o Senhor José Pacheco seja uma entidade licenciada para realização de eventos, e nesse caso, pretendeu saber se a Câmara Municipal exigiu algum requisito para fornecimento de serviços com esta pessoa. -----

-----Disse que esta entidade realizou vários eventos em colaboração com a autarquia, tendo já solicitado vários documentos sobre essas situações e até ao momento não lhe foram disponibilizados. Considera que está a ser feita uma utilização abusiva da imagem da Câmara Municipal. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** esclareceu que se autarquia colaborou na elaboração dos cartazes, é legítimo que a imagem do Município apareça nos mesmos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber em que reunião de executivo foi deliberado a atribuição do referido apoio. Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse não ser necessário haver deliberação, a não ser em termos de apoio financeiro, o que neste caso não se verificou, tendo sido apenas solicitado apoio logístico. Deu ainda conhecimento ao Senhor Vereador, de que todos os cartazes que são elaborados na autarquia contêm a imagem do Município. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** pretendeu saber se o Senhor José Pacheco solicitou ocupação da via pública, para a realização deste evento, uma vez que é o procedimento adotado na realização de eventos onde há corte de estrada. Questionou qual o valor que a autarquia paga pela prestação de serviços a este Senhor, uma vez que é dito pelo próprio,

que para particulares o valor é de 300€ e que para a autarquia é de 400€. Questionou o Senhor Vice-Presidente da Câmara, se tem conhecimento de que o que consta por aí é que este Senhor recebe os seus serviços em gasóleo. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que irá dar conhecimento de todos os serviços prestados por esta entidade, Senhor José Pacheco, ao Município de Celorico da Beira, bem como, valores liquidados. Deu também conhecimento de que irá solicitar a presença do Senhor José Pacheco, na próxima reunião de Câmara, por forma a esclarecer todas estas dúvidas. No que concerne ao pagamento em gasóleo, esclareceu que tal nunca seria possível, uma vez que cada cartão de abastecimento tem uma matrícula associada. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da União de Freguesias de São Pedro e Santa Maria e Vila Boa do Mondego, se havia disponibilizado para contribuir com o material para efetuar arranjos na escola de São Pedro, necessitando somente que a autarquia disponibilize a mão-de-obra. Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que é uma situação a analisar com a técnica responsável. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. ROTARY CLUB DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: VISITA OFICIAL DO GOVERNADOR DO DISTRITO 1970**-----

-----Foi presente ofício em nome de Rotary Club de Celorico da Beira, datado de 8/8/2014, com registo de entrada n.º 7197, dando conhecimento do programa, relativamente à visita oficial do Governador do Distrito 1970, que decorrerá no dia 6 de setembro de 2014. -----

-----**2. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA E PEDIDO DE ISENÇÃO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do indeferimento relativo ao pedido efetuado pelo Senhor António Jorge Cardoso do Nascimento, com registo n.º 371, datado de 5/8/2014, a solicitar ocupação de via pública e pedido de isenção, relativa a limpeza de paredes exteriores de uma habitação.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que o requerente havia solicitado ocupação de via pública, bem como, a referida isenção, relativa a limpeza de paredes exteriores de uma habitação. No entanto, e após deslocação ao local da técnica do gabinete de fiscalização municipal, a mesma verificou que as obras que estavam a ser executadas não se enquadravam no pedido de isenção, solicitadas pelo requerente, pelo que, foi indeferido.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicita que lhe seja disponibilizada toda a documentação inerente aos processos que são enviados aquando da convocatória, para que possa fazer uma análise adequada e atempada.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** lamenta que a prontidão dos fiscais municipais não se verifique para todas as situações existentes no concelho, que por vezes são de salubridade pública. Falou também em várias situações que a autarquia não fiscaliza, citando a título de exemplo, construções ilegais em espaços próprios da Câmara Municipal e puxadas de água.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a Câmara Municipal, em conjunto com outras entidades já verificou as

situações descritas pelo Senhor Vereador Manuel Portugal, inclusive com a presença da Senhora Delegada de Saúde. Relativamente às construções ilegais, deu conhecimento de que a autarquia já notificou o proprietário do terreno e agendou uma reunião com o fiscal municipal para discutir este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** referindo-se à construção ilegal de uma barraca, solicitou cópia do auto levantado pelo fiscal municipal, uma vez que a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro referiu numa reunião de executivo, que já havia sido feito o levantamento da situação.-----

-----**3. REQUERIMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, JOSÉ FRANCISCO GOMES MONTEIRO**-----

-----**ASSUNTO: FÉRIAS**-----

-----Foi presente requerimento do Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, datado de 13/8/2014, com registo n.º 2271, dando conhecimento de que se encontra de férias no período de 18/8 até 1/9, do corrente ano. -----

-----**4. PAULO DOMINGOS**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE ESPAÇO E INFRAESTRUTURAS**-----

-----Foi presente requerimento em nome do Senhor Paulo Domingos, datado de 20/8/2014, com registo de entrada n.º 7430, solicitando autorização para utilização do espaço envolvente do complexo desportivo de Celorico da Beira, para a realização da festa de casamento da sua filha, nos dias 30 e 31 de agosto de 2014. Mais solicita que o espaço se encontre dotado do abastecimento de água e energia elétrica.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se era possível dotar o espaço solicitado de água e energia elétrica. Ao que o Senhor **Vice-**

Presidente da Câmara disse que sim. O Senhor Vereador continuou dizendo que o evento pressupõe consumos, que, na sua opinião deveria ficar definido nesta reunião, quem os irá suportar.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o fornecimento de água e eletricidade é a título gratuito, daí não ser necessário definir critérios, apenas votar. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, autorizar a utilização do espaço envolvente do complexo desportivo de Celorico da Beira, para a realização da festa de casamento, da filha do Senhor Paulo Domingos, nos dias 30 e 31 de agosto de 2014, bem como, dotar o espaço do abastecimento de água e energia elétrica.**-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** ditou para a ata o seguinte: -----

-----“Abstenho-me, porque não tendo o Senhor Vice-Presidente da Câmara, clarificado e distinguido duas situações que são distintas, obrigou a uma votação conjunta de duas situações que são diferentes, ou seja, a primeira está relacionada com a cedência de espaço, que entendo que deveria votar favoravelmente e deveria ser gratuita, contudo e tratando-se de um evento privado, entendo que o mesmo deveria suportar os custos dos consumos de água e energia elétrica, e esta seria a votação que consideraria adequada, caso não tivesse sido obrigado, a votar duas situações que no meu entender são distintas.” -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que este é um evento sem fins lucrativos, e por essa razão não haver pagamento de consumos. Referiu terem existido já várias situações destas, que nunca foram questionadas pelo Senhor Vereador. Disse ainda, que os Vereadores não são obrigados a votar, o assunto é apresentado e

colocado a votação, para depois ser votado, figura jurídica que está presente na Lei. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** considera que deveriam ser definidos critérios para cedências e apoios solicitados, tal como havia sido referido na última reunião de executivo. No caso apresentado anteriormente, votou a favor da cedência, concordando que a mesma fosse a título gratuito, no entanto, deveria ser dado conhecimento aos Vereadores dos gastos com água e eletricidade durante os 2 dias da realização do evento. -----

-----**5. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: PORTARIA 53/2014, DE 3 DE MARÇO DE 2014, AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS EXTERNOS NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E OBRAS** -----

-----Foi presente informação interna com registo n.º 65, de 20/8/2014, da Secção de Contabilidade, dando conhecimento de que, nos termos da Portaria n.º 53/2014, conjugada com o artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 e Decreto-Lei n.º 209/2009 e com a Lei n.º 12-A/2008, a decisão de contratação de serviços adicionais externos nas áreas de Educação e Obras, estão sujeitos a parecer prévio vinculativo do órgão executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber a que diz respeito a contratação de serviços adicionais na área da Educação e Obras, uma vez que no documento apresentado, não consta qualquer informação relativamente a esses serviços. Referindo-se à despesa para a área de Educação, no valor de 22.509,00, pretendeu saber qual o número de funcionários e o porquê da necessidade deste serviço, bem como, qual a base de cálculo. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** sobre o compromisso relativo à despesa em análise, na área de Educação, disse entender o mesmo, uma vez que é para assistentes operacionais, tendo também conhecimento das funções que desempenham. Relativamente ao compromisso relativo à despesa Obras, questionou quais as intervenções que esta equipa faz, por forma a justificar esta verba. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que será elaborada listagem justificando a contratação de serviços externos na área de Educação e Obras, nomeadamente, funções desempenhadas e local.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, emitir parecer prévio favorável para a contratação de serviços adicionais externos nas áreas de Educação e Obras, nos termos constantes da informação técnica.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Por fim, o Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou que futuramente, a sua correspondência para as reuniões de Executivo, lhe fosse entregue através de protocolo. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----